



## TRÊS APROXIMAÇÕES À ESQUERDA DA ORDEM

Pedro Otoni\*

Lançar para a frente. Eis a definição mais simples de Projeto; uma intenção convicta, consciente e organizada de efetivar um desígnio. Incompatível com a manutenção, com a conservação e com a ordem estabelecida. Um Projeto, por definição, questiona o instituído em favor de um evento instituinte. Na Política, será algo que traz em si a dimensão subversiva; é a ação humana típica de mudança de uma realidade dada, por outra desejada e necessária.

### Primeira aproximação: Existia um projeto?

A provocação do blog Marxismo21, ao propor a questão “O projeto do governo hegemônico pelo PT (Partido dos Trabalhadores) se esgotou?”, nos apresenta um desafio legítimo. No entanto, é necessário ter cautela em qualquer tentativa de resposta. É fundamental evitar a arrogância, de agir como um magistrado, decretando o esgotamento ou não de determinado fenômeno. A problemática se circunscreve em mais uma série de interrogações, entre elas: “Existiu realmente um projeto?”; se sim, “Qual é a extensão do mesmo?”; “Com quais bases é possível avaliar se este projeto manifestou-se plenamente, parcialmente ou foi superado por outras variáveis que intervieram na realidade?”. Não há caminho seguro, não existem atalhos.

Mas por acaso é produtivo compreender se o projeto do PT e de seu governo se esgotou ou não? Defendo que o problema deve ser abordado sobre outra perspectiva. Não se trata de saber se o Partido dos Trabalhadores colapsou em seus propósitos ou os atingiu. De outra forma, é compreender se sua ação altera ou não a configuração da arquitetura social brasileira, marcadamente estruturada sobre a subalternização das massas populares. Nesta clivagem o caminho já está razoavelmente pavimentado. É suficiente compreender que a inclusão de parcelas significativas da população ao circuito consumo-endividamento é algo completamente distinto de incluí-las na esfera de decisão dos rumos da Nação. A consequência imediata deste postulado indica que o estado de distribuição do controle de recursos políticos, econômicos e simbólicos entre as classes sociais foi conservado e com ela também mantida a subalternização das maiorias e as

---

\* Cientista Político, Especialista em Economia Política. Secretário Político Nacional das Brigadas Populares. Endereço Eletrônico: pedrootoni@gmail.com

relações de dependência econômica e política do País com os centros dinâmicos do capitalismo, em sua etapa de ultra-financeirização.

Tomando a definição de “Projeto” feita inicialmente e a caracterização do centro nervoso da relação entre o Governo Federal e o povo, é possível concluir que o PT não possui um Projeto, com “P” maiúsculo. E se têm algum, está estruturalmente limitado às alterações marginais ao que parece ser o fundamental, a elevação do estatuto político das classes populares. É um “lançar” frágil, de pouco alcance, sua trajetória indica tão somente que renova ampliadamente o que aí está, uma modernização conservadora, um projeto com “p” minúsculo.

Advogar pelo ocaso ou não do suposto “projeto” do PT é por si só postura e uma preocupação gerada pela cultura política deste partido. Este não é, nem pode ser, problema para a esquerda não-petista. Importa menos delimitar se o “projeto” petista esgotou-se ou não, importa mais compreender se o que ele faz - ausente ou existente, colapsado ou pulsante - responde àquilo que a esquerda revolucionária tem como centro de sua política.

Mas no debate do esgotamento do PT residem perigosas armadilhas. Uma delas, de natureza mecanicista, leva à lógica conformista ou limitada diante da ação política. Entende-se que se o “projeto” ou o petismo não se esgotou, logo é necessário que ele se esgote, que o ciclo do PT se encerre e que o novo nasça do velho. Trata-se de uma compreensão fatalista dos fenômenos políticos, transvestidos de dialética. É o Complexo de Édipo transportado para a disputa do poder e para a direção da sociedade: a pulsão pelo desejo de morte do pai, como mecanismo de satisfação da libido pela mãe (a direção política). Esta postura “coisifica” a direção política, desconsidera que a mesma é uma relação gerada dinamicamente com a sociedade, não algo que se tome como objeto, pela força ou sucessão.

Deste estilo de abordagem, acima descrito, surgem duas posturas opostas, complementares e funcionais para o petismo. O oficialismo de petistas críticos e adjacências políticas, que ao identificarem o não esgotamento da substância do PT, optam por manter-se na sua sustentação, esperando que este cumpra seu destino, que envelheça e morra. Consequente a essa morte e por testamento herdem os espólios patrimoniais, políticos e simbólicos do finado.

A outra postura, denominada aqui como anti-petista - tem sua origem geralmente de fraturas no próprio PT, o que reforça o complexo mencionado - apostam na oposição decidida, porém condicionada, à agenda petista. O anti-petismo é prisioneiro da política do seu oponente, não possui luz própria, uma agenda autônoma que aponte para um Projeto, um lançar para a frente. Reflete as luzes do passado, de forma convexa exibem uma imagem virtual do que deveria ser, marcadamente menor e invertida. Apostam na denúncia cotidiana das manobras do PT, baseada principalmente no constrangimento moral, como se quisesse convencê-lo ou provocar-lhe fragmentações, instituir-lhe a crise por meio da defesa do mito fundador do Partido dos Trabalhadores, um retorno ao seu estado de origem, que supostamente por traição deixou de existir.

O Partido dos Trabalhadores é um partido da ordem, acumulou recursos políticos na justa medida que aprendeu a se utilizar das regras do jogo instituído, sejam elas de

direito ou de fato. Logo, os resultados que alcançou ou alcançará estão restritos ao permitido pelo sistema de competição e distribuição de capacidades entre os atores políticos que atuam neste mesmo ambiente. A polarização entre PT e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) indica esta lógica, é uma disputa na qual ambos oponentes concordam em se confrontarem dentro dos limites das regras do jogo, utilizam a força que acumularam para atuar em terrenos de incidência definidos, cito: eleitoral, parlamentar, jurídico e midiático. O PT se beneficia ao manter-se neste registro. É improvável que apresente uma agenda que rompa com o atual sistema de competição e aponte para uma postura de mudança das regras do jogo, assumindo um caráter reformista, trazendo para a pauta pública reformas de base, que necessariamente iriam alterar a distribuição, não apenas de capacidades, mas de vantagens entre os atores. É também improvável que ele fortaleça, a partir da lógica exposta, novos operadores políticos sob os quais não teria controle necessariamente, em especial movimentos populares de forte capilaridade e poder social.

Outra armadilha existente neste debate sobre o possível esgotamento do projeto do PT está na conclusão de que não há diferenças entre este e PSDB. É importante esclarecer que o fato de ambos estarem no mesmo sistema de competição, não implica que são a mesma coisa. Há diferenças que, quando se manifestam como governo, produzem efeitos sobre a vida da população. O que defendo é que tais diferenças não estão inscritas em um sistema de contradições cuja superação aponte para um desfecho reformista radical ou revolucionário, isso é o suficiente para advogar pela necessidade de uma esquerda revolucionária, emancipada da tradição petista.

O frágil vetor anti-sistêmico na política do PT ao se inserir na lógica de acúmulo de força dentro da ordem e restrito a ela, subordinou-se ao ator hegemônico, o capital financeiro. Foi aplacado por uma espécie de Síndrome de Estocolmo, começou a desenvolver simpatia por aquele que o mantinha refém, uma sinergia que não mais permite o questionamento das regras do cativo, mas a melhor forma de conviver com o mesmo. O problema não está em tornar-se prisioneiro, não encontrar uma saída para o cárcere, tampouco procurar sobreviver utilizando normas estabelecidas e com elas fortalecer-se diante da situação dada e imediata, na qual as assimetrias entre as forças são abissais. O erro reside em simpatizar-se com os seqüestradores, convencer a si e os demais de que um cubículo sem janelas é a única possibilidade da qual se pode ter governabilidade e que fugir é algo completamente inconsequente, uma utopia. Em síntese, não ter um Projeto para atravessar as paredes, sucumbir com os algozes. O equívoco é passar a acreditar que fora do cativo não há nada a ser encontrado ou construído, enfim é negar a possibilidade da liberdade.

### **Segunda aproximação: Quanto tempo leva um processo eleitoral?**

Mais uma eleição se aproxima em 2014. No entanto, não se trata desafortunadamente, de uma nova eleição. Rigorosamente é uma nova edição. É um mesmo processo eleitoral que vem se repetindo desde 1994. É o mesmo conflito, a sexta rodada da mesma polarização, não tendo ocorrido nenhuma mudança de atores principais,

tampouco das regras que normatizam a competição em desenvolvimento. Há uma estabilidade no padrão de disputa que nenhuma das partes possuem interesse ou força para alterá-la. São elas beneficiárias diretas da binaridade política brasileira atual.

Evidentemente, em termos eleitorais, o Partido dos Trabalhadores possui melhores condições neste embate, logrou ser o principal vencedor das rodadas eleitorais, o que coloca o PSDB em desvantagem. Para vencer eleitoralmente o PT aceitou as regras do jogo, pactuou pela estabilidade. Disputa o quarto mandato, é favorito, controla recursos políticos, econômicos e simbólicos que o coloca em vantagem em relação ao seu principal oponente. Ressalto aqui que a ausência ou limitação de seu “projeto”, não indica um declínio de sua força dentro da disputa, apenas esclarece que irá apresentar uma agenda conciliatória, com tensões marginais ao *establishment*.

É importante destacar que a suposta “terceira-via” indicada na aliança PSB – REDE, mesmo tendo se fortalecido pelo apelo emocional produzido pelo advento da morte de seu candidato, ainda se constitui como um ator de menor peso, porém em processo de ascensão na situação política imediata. Sua estratégia é viabilizar-se dentro da ordem, sem enfrentar nenhum problema estrutural ou relevante para alteração da atual dinâmica de reprodução. É um campo cujos componentes, até pouco tempo, estavam confortavelmente acomodados junto ao PT, e, em alguns casos, junto ao PSDB. Cindiram com estes partidos, não porque divergem do sistema de distribuição de capacidades do atual arranjo político, mas porque desejam acumular forças por conta própria na perspectiva de assumir a liderança do cenário em algum momento.

O resultado eleitoral terá conseqüências sociais e políticas diferentes conforme o vencedor, principalmente para o conjunto da população mais pobre. Implicará na redução ou na manutenção do processo de inclusão pelo consumo das grandes maiorias indicará posturas diferentes em relação ao patrimônio público, ao posicionamento da política externa, entre outras implicações. Este fato, por si só deve ser objeto de avaliação e decisão. Não obstante, seja qual for o resultado do escrutínio, a força vencida aceitará a derrota. Pouco provável que ocorra questionamento à ordem, o que significa que convergem no essencial, o sistema de distribuição de vantagens do poder estabelecido.

A lógica válida para a disputa presidencial condiciona, em grande medida, a competição por cadeiras no Congresso Nacional, assembleias legislativas e executivos estaduais. Variações conjunturais no nível regional existem, porém nenhuma que sinalize para uma alteração da binaridade do quadro nacional.

Então, qual seria o papel da esquerda brasileira neste processo eleitoral? Sem nenhuma pretensão de proferir a última palavra, acredito que um caminho necessário consiste em indicar a ausência de um Projeto, com “P” maiúsculo, na disputa dos atores principais.

Do ponto de vista programático, implica em apresentar um Projeto de esquerda para o Brasil, que, ao meu juízo, tem como ponto de partida as Reformas de Base obstruídas pelo Golpe Militar. Evidentemente que tais reformas merecem um tratamento contemporâneo, devemos ser capazes de atualizá-las à luz do País que temos hoje e do mundo, distinto daquele de 13 de março de 1964, data do comício de Jango na Central do

Brasil. Porém, as Reformas de Base são um caminho não apenas para atender as demandas econômicas cruciais para a vida das grandes maiorias de nosso povo, mas, concomitantemente, alterar as regras do jogo político brasileiro. Ou seja, a mudança das regras significa reconfigurar o sistema de distribuição de vantagens entre as classes sociais, o que levaria a ampliação dos poderes político, econômico e simbólico das camadas subalternas da população, fortalecendo com isso seus movimentos e organizações. As Reformas de Base são a ausência insistente da Nação brasileira, a disjuntiva não executada, um passivo histórico que impede o País e o povo de ingressarem em um novo período e terreno de acúmulo de força.

Outro elemento importante consiste em produzir uma agenda política própria e não se imitar a ser uma anti-agenda. A crítica deve ser distribuída aos principais atores evidentemente. Nada obstante, esta abordagem ainda é insuficiente. É necessário junto a isso questionar as regras do jogo político, apontar o verdadeiro centro de poder, o capital especulativo, e apresentar uma agenda própria e propositiva, facilmente compressível para o conjunto da população, que funcione como catalizadora de um pensamento fora da binaridade política, ou da possível trindade eleitoral (Dilma Rousseff, Aécio Neves e Marina Silva). Em síntese, é necessário trabalhar decididamente nas eleições em 2014 para ganhar apoio social não apenas pelo desgaste do governo e de sua oposição liberal-conservadora, mas por denunciar as regras do jogo, que colocam o povo na posição de meros observadores do jocoso confronto de baixa intensidade promovido pelo PSDB e o PT, rebaixamento que faz surgir propostas ainda torpes, como a do PSB/REDE.

As eleições são por definição um instrumento instituído, um conflito dentro da ordem. No entanto, o papel da esquerda, nesta esfera, é romper com o Complexo de Estocolmo, é tratar os seqüestradores como eles merecem, anunciar que para além das paredes do cativeiro existem outras possibilidades, enfim, conspirar pela liberdade.

### **Terceira Aproximação: Cinco ideias**

O blog Marxismo21 lança um último desafio; emitir uma resposta para a seguinte questão: “Como construir uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com as transformações da sociedade brasileira?”. Correndo o risco de parecer uma saída lateral ao desafio proposto, devo indicar que não há Respostas para interrogações desta natureza. O que há são apostas. Seria artificial, presunçoso e pouco produtivo a empreitada de listar a solução precisa sobre um problema quase-estruturado, cujas variáveis não estão vinculadas estritamente à postura da esquerda, mas da massa, do sistema e do bloco dominante. Um cenário cuja estabilidade somente está restrita aos jogadores dominantes, e a incerteza é a regra geral para as organizações populares e o conjunto das classes subalternas.

Mediante esta situação, creio que qualquer tentativa de resposta muito precisa, provem mais do diletantismo fetichista da certeza e menos da verdadeira análise da conjuntura estabelecida. Nem por isso, se pode recuar da busca de caminhos, mas entender que toda a escolha é formada por pelo menos dois componentes: conhecimento e aposta. O conhecimento ajuda a melhorar a qualidade da decisão, mas não é sinônimo do

sucesso. Há sempre espaço para o não analisado, o improvável que atua sobre o real e lhe provoca alterações, por vezes profundas o suficiente para colocar em xeque as certezas mais sólidas. A política é o lugar das incertezas, o terreno do imponderável.

Neste sentido, apresento não uma resposta, mas algumas ideias com as quais seria possível definir estratégias e compreender cenários de uma maneira menos precária. Para tanto, procurei abordar apenas aquelas noções que são menos debatidas pelo campo político crítico, sem, contudo deixar de reconhecer que existem muito mais elementos a se somarem nestes.

A primeira ideia que sustento seria a emancipação da esquerda brasileira do petismo. Como ficou claro neste artigo, sustento que um Projeto digno dos desafios do povo brasileiro necessita superar o paradigma PT e alçar um vôo próprio, sem se converter em “oficialismo” ou “anti-petismo”.

A segunda ideia trata da auto-imagem e a lógica de estruturação das organizações. Creio que uma esquerda no Brasil deva enfrentar a lógica do gueto, o fetiche da minoria pura e sem contradições. A pureza não existe, nem mesmo as boas intenções são o dínamo da história. É confortável, mas revela certa mediocridade, permanecer sempre como a minoria política “silenciada”, discriminada, sem oportunidades. Pouco se faz para mudar objetivamente a condição de “lutar para sobreviver” (resistência) para outro quadro no qual se coloque na iniciativa política (ofensiva). Em busca abstrata pela “coerência”, “pureza” rumo à organização perfeita - formada por um corpo militante disciplinado e sem contradições - reduz a ação política a uma atividade de tipo ideal, distante do mundo e de sua transformação.

A terceira noção que gostaria de destacar é que uma esquerda viável (enraizada socialmente e comprometida com as transformações do País) deve prestar contas à realidade e não à teoria. Este “receio” de arriscar uma nova formulação para enfrentar um problema novo, mostra muito mais imaturidade teórica do que domínio do método científico. Método e acúmulo teórico são fundamentais na medida que funcionam como expressões elevadas da capacidade criativa do ser humano e de uma coletividade. De outro modo, quando o método e a teoria se tornam limitadores da ação, prisões que constroem o agir político, então não são mais expressões de liberdade que informam o agir sobre o mundo, são dogmas ou preceitos morais, são a morte do argumento científico.

O quarto ponto que proponho indica a necessidade de diferenciação entre as noções de unidade e identidade. O chauvinismo de tendência e o sectarismo são expressões da incapacidade política de grande parte da esquerda em disputar, com viabilidade, o poder político. Primeiro, sofrem de síndrome da auto-suficiência, incapazes de desconfiarem do próprio fracasso e, com isso, executar a mais básica operação revolucionária: a autocrítica. Segundo, por acreditarem que são realmente os eleitos para conduzir o processo revolucionário desconsideram a alteridade, a possibilidade de perceber as razões dos outros agrupamentos, tão comprometidos e por vezes tão diferentes. Logo, a unidade é justamente a aliança entre diferentes, é erro exigir a renúncia da identidade em nome da unidade, mas saber compor arranjos unitários de esquerda, tão amplos quanto necessários para serem úteis à luta social e política de nosso

País.

A última noção que apresento se relaciona à necessidade de estabelecer uma profunda e sólida relação com as massas populares. Alguns acreditam e agitam pelo retorno ao “trabalho de base”, como se o emprego da expressão, que, por si só, possuísse o encanto de alterar a distância entre povo e organizações de esquerda. A convicção de uma esquerda revolucionária deve, sem nenhum fetichismo em relação ao povo, compreender que deve extrair seu programa e sua organização do mesmo. Não como a simples reunião das necessidades imediatas das camadas subalternas, mas adotar um estilo de linha de massas que extraia do cotidiano das maiorias elementos de crítica radical ao sistema capitalista e ao atual regime político. Não há teoria, manual ou método pré-estabelecido para tal atividade, tampouco é um estilo de política imune a problemas, retrocessos e contradições. No entanto, para fazer política é preciso desenvolver a capacidade de fazer o necessário.

Não há atalhos nem respostas, como foi expresso anteriormente, a luta política é feita por apostas, e, como é óbvio, a esquerda tem menos recursos para realizar as suas, mas também tem pouco a perder diante da situação que vive. A noção de incerteza é um dado não menosprezável. Sendo assim, qualquer solução possui uma vigência limitada, historicamente restrita. Cabe a esquerda ter convicção de que há de ser construída novas possibilidades. A esquerda no Brasil precisa se lançar para frente.